



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	Nº: 0745/05	DATA: 07/06/2005
INÍCIO: 10h21min	TÉRMINO: 11h14min	DURAÇÃO: 00h53min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h53min	PÁGINAS: 16	QUARTOS: 11

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

**SUMÁRIO:** Discussão acerca dos fatos veiculados na imprensa sobre desmatamento, transporte e comercialização ilegal de madeira da floresta amazônica, no norte do Estado de Mato Grosso, e deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Declaro aberta esta reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar tráfico de animais e plantas silvestres brasileiras, exploração e comércio ilegal de madeira e biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 26ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente, uma vez que todos tiveram acesso a essa ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradeço a manifestação do Deputado Sarney Filho, Relator desta Comissão.

Em discussão a ata. Não havendo quem se disponha a discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovada.

Inicialmente, passo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de tudo, gostaria de parabenizar o Presidente desta Comissão, que teve a sensibilidade de, mesmo em missão oficial no exterior, determinar que se fizesse esta reunião extraordinária.

É evidente, Sr. Presidente, caros colegas, que os fatos supervenientes àquela decisão de certa forma tiram um pouco do foco a questão que gerou esta nossa convocação extraordinária. É lógico que as recentes denúncias do Deputado Roberto Jefferson voltam toda a atenção da mídia e até mesmo deste Parlamento para os fatos denunciados, deixando, de certa forma, num plano secundário as outras questões presentes aqui no Congresso. Mas é evidente também que o recente anúncio da taxa de desmatamento na Amazônia, associado a uma operação da Polícia Federal que prendeu, dentre outros, um diretor do IBAMA e o gerente-executivo do IBAMA no Mato Grosso são elementos que exigem desta Comissão uma tomada de posição a esse respeito.

Eu gostaria de lembrar, Sr. Presidente, que a última CPI — e eu estava até ali comentando um pouco com a imprensa —, a primeira CPI sobre tráfico de animais silvestres, biopirataria, extração ilegal de madeira, pode-se dizer assim, foi a primeira parte desta CPI. Naquela CPI, já nas conclusões, havia uma recomendação explícita para que houvesse a mudança das autorizações de transportes de produtos



florestais. Essa recomendação, que constava no relatório final, foi evidentemente distribuída para o Ministério Público, para o Ministério do Meio Ambiente e para o Ministério da Justiça.

No fim da gestão passada, quando era Ministro o Dr. José Carlos Carvalho, a Instrução Normativa nº 8 criava, junto ao IBAMA, um outro dispositivo, através de um selo de origem florestal, digital, para que substituísse as ATPFs. Essa instrução normativa foi fruto não só das discussões da CPI, mas também de um estudo que vinha sendo elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, desde 2000. É importante lembrar, Sr. Presidente, que no ano de 2001, tanto o Estado do Mato Grosso, quanto o Estado do Pará, quanto o Estado de Rondônia tiveram no IBAMA uma intervenção. Essa intervenção gerou mais de 40 processos administrativos, inquéritos administrativos. Inclusive, quem presidiu um desses inquéritos foi o atual interventor, designado pelo Ministério do Meio Ambiente para estar hoje lá em Mato Grosso. O próprio Procurador da República, que naquela época tinha entrado recentemente, foi convidado para ser Procurador do IBAMA. Eu posso afirmar que é verdade, que nessa atividade madeireira grande parte dela é ilegal, conhecida. Nós sabemos que grande parte da extração da madeira na Amazônia é ilegal. Pode-se dizer que latente a corrupção sempre esteve naquela região. Mas é evidente que, quando se afrouxa a rédea, ela aparece. Ao contrário do que tem sido divulgado na imprensa — e é importante que fique registrado nos Anais desta Comissão —, não é a apuração rigorosa que está fazendo aparecer, pelo menos neste caso, a corrupção na extração ilegal de madeira. Ao contrário.

O grande mentor, segundo a imprensa — e evidentemente, nós vamos ter oportunidade de aprofundar essas investigações —, é o gerente-executivo que foi nomeado há 2 anos, que era um militante do Partido dos Trabalhadores. Foi afastado agora pela Executiva do partido. Também havia 8 elementos para cargos em comissão indicados também pelo Partido dos Trabalhadores. Aliás, foi uma surpresa para mim saber que militantes, pela sua própria função no PT, estavam sendo escolhidos para cargos em comissão na área do IBAMA e do meio ambiente, porque essa área, eu sempre defendi e os ambientalistas também sempre defenderam que ela ficasse isenta das pressões políticas.



Outro assunto importante, Sr. Presidente, em que precisamos ir a fundo é justamente a questão da ação do Governo do Estado do Mato Grosso nesse processo de extensão, de alavancagem do desmatamento naquela região.

Não é de hoje, desde o primeiro discurso que eu tenho feito a respeito da Amazônia, eu sempre que posso tenho citado as minhas preocupações com a ação do Governo do Estado do Mato Grosso. O Governo do Estado do Mato Grosso, parece-me, está completamente envolvido e dependente do agronegócio, já que, não somente o Governador do Estado, é o maior produtor individual de soja do mundo, como também a mentalidade do seu Governo é a mentalidade do desenvolvimento a qualquer custo.

Eu me recordo de uma declaração do Governador, há um ano e meio, em que ele dizia que a proibição legal de desmatar mais de 20% das terras era como se o sujeito tivesse uma casa e pudesse usar, como as baratas, somente a cozinha e os banheiros. Essa foi a comparação que o Governador Blairo Maggi deu naquela época, antes de vir à tona tudo isso.

Então, é evidente também que nós precisamos saber qual a ação, qual a interferência do Governo do Estado nesse processo de desmatamento. Ficou claro que existe um conflito de interpretação no que diz respeito à vegetação de transição. Enquanto o Governo acha que ali não é cerrado amazônico e, portanto, pode-se desmatar mais, o IBAMA acha que é para desmatar menos. Essa questão também precisa ser esclarecida.

Agora, Sr. Presidente, quero também ressaltar que em momento algum passou em nossa percepção o envolvimento do Ministério do Meio Ambiente de maneira, digamos assim, geral. Pode ser que haja, mas eu desconheço, algumas pessoas do Ministério do Meio Ambiente envolvidas. Mas o que eu quero ressaltar é justamente a honradez, a imagem excepcional, o caráter irretocável da Ministra do Meio Ambiente. A Ministra do Meio Ambiente foi traída. Traída por esses elementos que enganaram a Ministra e que fizeram parte do seu quadro de governo.

No entanto, graças a Deus, a Polícia Federal, que tem tido uma atuação impecável no combate à corrupção, a Polícia Federal, que não age sob pressão de Governos, haja vista os recentes episódios, tanto faz se é gente do Governo ou não — e todos viram, outro dia, a Polícia Federal prender o Duda Mendonça numa rinha de galo. É louvável essa atitude da Polícia Federal, que também agora prende



elementos ligados ao partido do Governo, ela prende madeireiros, ela prende secretários de Estado ligados ao Governador, fazendo com que, cada vez mais, a população respeite a ação da polícia. E qualquer tentativa de apropriação dessa ação policial diminui a Polícia Federal. Eu não acredito.

Eu sei que o Governo do Presidente Lula é um governo comprometido com a seriedade. Ontem mesmo, tive a oportunidade de, em um aparte, me pronunciar, dizendo que eu não acreditava, como não acredito, que o Presidente Lula esteja envolvido em nenhum desses fatos recentemente denunciados. Mais do que isso. O Presidente Lula é um operário que chegou ao cargo mais alto do Brasil, é um exemplo para gerações, é uma esperança para aqueles que desejam a mobilidade social. Colocar a imagem do Presidente Lula, a história do Presidente Lula, misturar com essa lama que aí está, dizer que ele não responsabiliza é um perigo. É um perigo para a classe trabalhadora, é um perigo para o Brasil, é um perigo para as futuras gerações, é um péssimo exemplo. Portanto, eu acredito, sinceramente, que o Presidente Lula não esteja envolvido pessoalmente em nada disso. Mas, ao lado dessa crença, eu também tenho a convicção de que nós devemos apurar profundamente essas denúncias.

Então, vamos aqui nesta Comissão, meu caro Presidente, apurar com serenidade, como é do nosso feitio, como é do seu feitio, sem prejulgamentos, mas com firmeza. É preciso sabermos a profundidade dessas ligações criminosas, sabermos o que está acontecendo, puxarmos o novelo. É lógico que, objetivamente, também nós não estamos colocando a culpa da corrupção no IBAMA, na Amazônia, em todo o Governo ou em todo o IBAMA. Eu já tive também oportunidade de, sexta-feira, dizer que esses elementos do IBAMA são pessoas que não traduzem o que é o IBAMA. Um órgão com excelência, um órgão feito por gente séria, por gente dedicada, por pessoas abnegadas, que tem tantos e tão relevantes serviços prestados à causa ambiental. O IBAMA é referência de proteção ao meio ambiente. E algumas pessoas, funcionários de carreira que, porventura, estejam envolvidos nessa questão, de maneira nenhuma, maculam o conjunto daquele órgão tão importante, vital até para o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, Sr. Presidente, é que nós, juntamente com a Assessoria e com os outros colegas Deputados, fizemos uma proposta ampla de convocação, envolvendo inclusive todos os atores, sejam eles atores, nesse caso, de forma



negativa, estão presentes nessa questão, como também aqueles que de forma positiva nela estão.

Acho importante a gente requerer do Ministério Público cópia desses processos; é importante ouvir o Procurador da República na região; é importante também que a gente ouça o Governador do Estado; é importante que a gente ouça o maior número possível de pessoas que foram envolvidas de uma forma ou de outra. O Presidente do IBAMA também tem de ser ouvido por esta Comissão, convocado para prestar os esclarecimentos sob juramento. Todos eles.

Acredito que, nesta hora, Presidente — e faço até um apelo aos companheiros aqui da Comissão —, não se deva fazer convite, devemos convocar a todos, porque o momento exige realmente que cada palavra que for dita aqui seja proferida sob juramento para que a gente possa aprofundar e ajudar a Polícia Federal e a Ministra Marina para que se possa extirpar — como ela mesma tem dito — esse tumor da Administração Pública.

Eram essas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as nossas primeiras palavras para justificar o nosso contentamento no que diz respeito à questão dessa convocação e à questão crucial da Amazônia.

Tenho certeza, Sr. Presidente, não fossem as denúncias do Deputado Roberto Jefferson, que saíram ontem em a *Folha de S.Paulo*, que hoje estaríamos aqui como uma grande vitrine não só nacional, mas internacional. Mas acredito mesmo que esta CPI e os trabalhos desta CPI para o Brasil e para o mundo mesmo são milhares de vezes mais importantes do que qualquer outra CPI que esteja em andamento aí, seja ela dos Correios, seja de compra de voto, de mensalão, seja do que for. Porque aqui nós estamos falando é da nossa vegetação, é do nosso bioma, é da qualidade de vida nossa e da possibilidade de existência de vida no planeta Terra. É muito mais profundo, é muito mais importante do que qualquer coisa que, eventualmente, esteja agora, neste momento, sendo o centro das nossas atrações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra, na seqüência, depois de ouvirmos o Relator desta Comissão, Deputado Sarney Filho — que é o autor de diversos requerimentos que justificam esta convocação extraordinária, justamente para discutir a respeito de fatos veiculados na imprensa, neste fim de semana, sobre desmatamento, transporte e



comercialização ilegal de madeira na Floresta Amazônica —, a Deputada Thelma de Oliveira.

**A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, eu gostaria de, inicialmente, parabenizar o Sr. Presidente por ter convocado esta reunião de forma extraordinária e em cima de problema que realmente é extremamente grave para o Estado de Mato Grosso.

Como representante de Mato Grosso, Sr. Presidente, eu tenho a dizer que realmente estou chocada com o que está acontecendo com o nosso Estado nessa questão relacionada ao tráfico de madeira e à retirada ilegal de madeira não apenas das reservas, mas principalmente das reservas indígenas.

Se nós formos pensar, Mato Grosso não teve o que comemorar no Dia Nacional do Meio Ambiente. Não havia o que comemorar, até porque nós estávamos — o Estado — na imprensa nacional e na imprensa internacional sofrendo toda série de denúncias de desmatamento. E, se nós formos refletir, 48% significa que não foi apenas desmatamento de árvores, mas foi também a morte da fauna e da flora que existem em tudo aquilo ali.

Então, é muito mais grave — e aí eu quero corroborar o que disse o Deputado Sarney —, é extremamente grave para a vida da Terra, para a vida do nosso planeta, o que vem acontecendo em Mato Grosso.

E quero dizer que, até o ano de 2002, quando ainda estávamos com o Governo tucano, em Mato Grosso, nós tínhamos todo um projeto de monitoramento de queimadas, que vinha dando certo e que vinha mantendo a questão das queimadas sob controle, garantindo, inclusive, programas de sustentabilidade naquela região.

A partir daí, no momento em que entrou este novo Governador que, como já disse aqui o Deputado Sarney, não tem demonstrado nenhum compromisso com a questão do meio ambiente, tem uma vinculação profunda com a questão do agronegócio — e nós não somos contra a questão do agronegócio; pelo contrário, ajudou e vem ajudando a desenvolver o Mato Grosso, só que nós achamos que todo governo tem que ser voltado para todos. Não se elege um governo para representar apenas um determinado setor dentro da sociedade, ele tem que proteger, tem que incentivar o agronegócio; mas tem que proteger o meio ambiente, tem que garantir



que os trabalhadores também e que as populações que são vulneráveis tenham projeto de sustentação.

Lá em Mato Grosso, ao que temos assistido é a um Governo voltado... Inclusive, Sr. Presidente, há denúncias de que os recursos que são empregados para melhorar as estradas no nosso Estado, ele tenha empregado exatamente para melhorar as estradas que levam diretamente às suas fazendas, porque são diversas fazendas, exatamente para possibilitar o escoamento da soja.

Então hoje, quando nós vemos o que aconteceu, inúmeras prisões que deixaram estarecida a sociedade mato-grossense, vieram à tona todas essas denúncias que estão deixando a população, de certa forma, insegura. E é neste sentido: insegura no sentido de qual vai ser o caminho para Mato Grosso, que vinha caminhando tão bem na questão do meio ambiente, sendo inclusive citado como exemplo, nacional e internacionalmente.

Então gostaria, Sr. Presidente, de dizer da importância de aprovar todos esses requerimentos que estão sendo apresentados porque entendemos que nós precisamos ir a fundo — e é objeto desta Comissão —, precisamos saber exatamente o que a Polícia está investigando. E também não basta o Governador apenas demitir o Secretário, como ele fez — o Secretário que já estava preso e foi demitido —, não basta apenas dizer que vai criar uma Secretaria de Meio Ambiente. Nós queremos saber e exigir do Governador qual é a sua política para o meio ambiente em Mato Grosso, o que ele vai fazer para preservar o meio ambiente de um Estado que tem 3 ecossistemas: o Cerrado, o Pantanal e a Floresta Amazônica.

O que ele vai fazer? Vai só demitir Secretário, só criar uma nova Secretaria? Não, isso não basta. Nós queremos que ele, realmente, coloque recursos e que tenha uma política definida.

Portanto, Sr. Presidente, isso aconteceu também porque há uma discussão de competência, há um problema em definir o que é vegetação de transição. Precisamos saber exatamente qual vai ser a postura do Governo nesse sentido, do Governo do Estado de Mato Grosso. Não basta apenas, agora, dizer que vai punir os infratores, nós queremos, sim, é que ele tenha projetos de sustentação, de controle e de fiscalização.

Sr. Presidente, eu acho que não aconteceu em lugar nenhum o que houve no nosso Estado: a venda de ATPFs; ATPFs em branco; a compra de policiais nos



postos de fiscalização; a influência de Secretários do Estado em cima das madeiras.

Quer dizer, tudo isso, Sr. Presidente, acredito, tem de ser objeto de investigação. Por isso, nós queremos dizer que apoiamos esse requerimento, que entendemos ser de fundamental importância. E queremos mais, Sr. Presidente: se for possível, que esta CPI se dirija ao Estado de Mato Grosso, vá lá para averiguar *in loco* o que está acontecendo, quais são os resultados das investigações que foram feitas pela Polícia Federal — a quem quero louvar pela atitude que teve, pela operação que foi extremamente eficiente, que possibilitou que esse assunto viesse à tona, da forma como veio, deixando toda a sociedade conhecer esse assunto.

Portanto, Sr. Relator, Deputado Sarney Filho, quero dizer-lhe que apoio, que voto a favor desse requerimento para que todas as pessoas se dirijam, venham até aqui ou até uma audiência pública em Mato Grosso mesmo — que eu acho que seria o ideal para que a gente pudesse avaliar e cumprir com o papel desta CPI, que é o de investigar essas situações.

Porque, além de tudo, Sr. Presidente, ainda há denúncia de transferência dessas madeiras — de algumas delas — para o exterior. E nós precisamos, então, investigar essa situação.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer do meu apoio, parabenizá-lo pela atitude tão eficiente, tão rápida nos momentos de decisão que o senhor tem tido presidindo esta Comissão, e dizer-lhe que tem aqui uma responsabilidade muito grande, e a esperança do Estado de Mato Grosso de que investigando, de que, de posse de todas essas documentações que estão sendo recolhidas pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, possamos, realmente, dar grandes passos na preservação do meio ambiente em Mato Grosso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradeço a participação, as lúcidas, oportunas e acuradas palavras da Deputada Thelma de Oliveira. Na seqüência, passo a palavra ao Deputado Zico Bronzeado.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Sr. Presidente, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputados e Deputadas, é a primeira vez que participo, inclusive usando da palavra nesta Comissão. Estou substituindo aqui um ilustre colega que, por motivos de agenda, não pôde fazer parte desta tão importante



Comissão de investigação. E vim num momento de muita turbulência no nosso País: primeiro, essa operação denominada Curupira, que, na verdade, tirou de circulação uma quadrilha que vinha permitindo o aumento da devastação da nossa Amazônia e que, na verdade, culminou com prisões, inclusive de pessoas ligadas ao meu partido.

Estive observando, Sr. Presidente, em matérias veiculadas pela grande imprensa nacional, a posição da minha companheira, Senadora e Ministra do Meio Ambiente Marina Silva.

E qualquer homem que conhece a história da Ministra Marina Silva sabe da sua lealdade, do seu compromisso e do seu respeito pelo meio ambiente e pela Amazônia, de onde ela é filha.

E há um trecho em que ela diz que nós temos que cortar a própria carne para poder livrar, na verdade, a Amazônia dessa chaga, que é a corrupção de servidores do IBAMA, de madeiras, de fazendeiros, de pequenos e médios pecuaristas. E isso faz, na verdade, Sr. Presidente, nós termos consciência de que a corrupção, no nosso País, está longe de acabar.

Essas denúncias que, ultimamente, vêm acontecendo, inclusive envolvendo Deputados, insinuações de quem, na verdade, já foi envolvido em denúncias, têm que ser levadas em consideração.

O meu partido, o Partido dos Trabalhadores, na verdade, tem que ter uma grande responsabilidade neste momento tão delicado.

Eu não assinei, num primeiro momento, a CPI dos Correios porque todo político que se preza deve ter cautela nas suas posições. E eu vinha observando, Sr. Presidente, a seriedade da Polícia Federal e a autonomia que o nosso Governo deu à Polícia Federal para que ela investigasse e prendesse aqueles envolvidos em corrupção.

E, se se fizer uma averiguação nas operações, se verá que jamais este País passou por tantas operações feitas pela Polícia Federal, em todos os âmbitos, em todos, desde a questão florestal ao campo administrativo das instituições.

E pude observar que, se nós fôssemos dar aqui todo o crédito que a Oposição, na verdade, clama, nós poderíamos aqui estar criando um palco visando às eleições do ano que vem.



Mas a última denúncia, Sr. Presidente, do Deputado Roberto Jefferson... Na verdade, ontem, usei a tribuna e referi-me a que o Deputado Roberto Jefferson está numa situação de defesa, de se defender a qualquer preço. Eu até usei uma palavra inadequada, quer dizer, de uma prerrogativa inadequada porque eu falei que ele estava jogando “merda” no ventilador, que, quando se joga, salpica até naqueles que não têm nada a ver com os problemas.

E nós temos nos deparado com muitos problemas, e esta Comissão não pode deixar de cumprir o seu papel.

A convocação do Presidente do IBAMA, eu acho interessante. Mas eu queria aqui não generalizar, Deputado Zequinha Sarney. Quando se convoca, está se suspeitando. E eu acredito que o IBAMA cumpriu com a determinação da Ministra do Meio Ambiente, corroborou com essa operação. E acho que ele teria que vir aqui, o Presidente do IBAMA, mais como um colaborador, informar sobre as operações que o IBAMA está fazendo, a contribuição com o Ministério do Meio Ambiente, quer dizer, a determinação do Ministério do Meio Ambiente, que é o órgão maior, para que a gente possa ter todas as informações necessárias em relação a essas operações e a quais as operações estão sendo feitas no caso de Rondônia, que teve um aumento significativo na devastação da floresta.

Eu queria aqui encerrar dizendo que os Estados que têm Governos, que têm Prefeitos, preocupados com a preservação e com o desenvolvimento sustentável, começaram a mudar, começaram a mudar. Inclusive o meu Estado, o Estado do Acre, que teve uma... 18% de preservação, de diminuição... E lá nós sabemos que o Governador Jorge Viana, como engenheiro florestal comprometido com as causas florestais, tem se esforçado. E não é o suficiente ainda. Nós sabemos que é necessário muito mais esforço. Porque é uma questão de cultura, Deputado, na Amazônia. É uma cultura: o pequeno proprietário tem lá seus 100 hectares, e tem uma legislação permitindo que ele derrube 20%. E muitos dos produtores rurais, dos pequenos produtores e dos seringueiros, não deixam de derrubar, mesmo completando os 20%, porque é uma questão de sobrevivência.

Então, o que nós temos que ter? Condições para que eles possam mudar essa cultura de derrubar para poder plantar 1, 2, 3 hectares de arroz, feijão, etc.

E para ajudar mais no nosso Estado, nós criamos um programa chamado Canteiro Verde.



Este ano, estão sendo produzidas 4 milhões de mudas de árvores na floresta, entre mogno, cerejeira, todas as espécies. Inclusive coloquei uma emenda individual de 300 mil reais que vai, na verdade, contribuir com cerca de 2 milhões de mudas. Então, se todo o Estado começasse a plantar, a ter um canteiro de mudas para ajudar a repovoar, iria dar uma grande contribuição para o reflorestamento das áreas que estão devastadas.

Eu queria aqui louvar a iniciativa desta Comissão em convidar e convocar todos esses atores aqui, a maioria do mal, aqueles que contribuíram com a devastação da nossa Amazônia, para que viessem prestar esclarecimentos aqui nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradeço a intervenção ao Deputado Zico Bronzeado. Passo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Sr. Presidente, eu estou falando ainda na condição de não membro desta Comissão, mas, graças ao Deputado José Sarney, eu vou ser indicado também suplente nela na próxima semana. Então, estou aqui para dizer que quero contribuir nesse processo. Acho que nós podemos descobrir muitas coisas também nessas audiências. E sugiro que a gente faça também, se for o caso, alguma coisa lá mesmo em Mato Grosso. Que a Comissão se desloque. Nós estivemos recentemente, a Deputada Telma é testemunha, a oportunidade de fazer uma audiência pública em Cuiabá, e com muitos bons resultados. Aquela audiência se referia à morte das crianças indígenas, audiência na qual eu tive a oportunidade também de pedir a demissão do superintendente, como pedi também no Mato do Grosso do Sul, ambos superintendentes indicados pelo PT, ambos do PT. Mas que, no caso do Mato Grosso do Sul especificamente, nós conseguimos demonstrar que os gastos não correspondiam à realidade e as crianças estavam morrendo. Eu acho que a Comissão deveria levar em conta também as afirmações do *Greenpeace* de que esse esquema é apenas uma parte. De repente, nós tivemos a impressão de que foi descoberto todo o desmatamento na Amazônia. Isso é apenas uma parte. Existe uma possibilidade muito grande de todo o IBAMA da Amazônia ter problemas. Então, nós vamos ter que investigar tudo, todos os problemas do IBAMA na Amazônia para chegarmos a alguma conclusão. E seria importante também — isso é uma idéia que eu tenho há algum tempo, nós



chamarmos aqui — e não é uma provocação, não tem nenhuma intenção nesse campo — o Ministro José Dirceu. Ele foi o Coordenador do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia. Normalmente, quem aparece para falar é apenas o Meio Ambiente. Mas havia 7 Ministérios envolvidos. Como há 7 Ministérios envolvidos e uma Coordenação designada na Casa Civil, nós temos que ouvir também essa Coordenação. Até que ponto o plano foi implementado, até que ponto o plano não foi implementado; até que ponto as verbas saíram, até que ponto as verbas não saíram. As que saíram, até que ponto elas chegaram no momento exato, até que ponto não chegaram. Jornalistas que estiveram na região monitorando o plano registram que havia a espera da presença dos soldados do Exército, que não apareceram por falta de dinheiro. A parte do Exército foi cumprida apenas parcialmente, ou quase não foi cumprida, porque não havia dinheiro. Então, nós temos que saber, desse Plano de Prevenção e Desmatamento na Amazônia, qual foi o resultado real. A Ministra Marina argumenta que o desmatamento foi muito alto, porque o plano ainda não estava funcionando completamente. Se isso é verdade, nós precisamos de uma demonstração. E se é verdade também, tudo indica que, no ano que vem, o desmatamento praticamente vai cair uma barbaridade, porque disseram que o plano ia colocar em cena uma capacidade de evitar esse desmatamento. Portanto, eu acredito, e vou fazer, já tenho um requerimento nesse sentido na Comissão de Meio Ambiente, mas vou desviá-lo para esta Comissão, para que a gente faça um balanço do que foi o plano. Eventualmente, também iria sugerir à Comissão que nós ouvíssemos as autoridades do Banco Mundial que são ligadas a esse tema, para nós tentarmos saber também qual é a disponibilidade real do Banco Mundial nesse campo. Até que ponto nós podemos fazer esse enlace, que está demorando tanto, do Banco Mundial com o Ministério do Meio Ambiente, no sentido de chegarmos... Porque o financiamento de um projeto dessa extensão na Amazônia é difícil ser feito com recursos puramente nacionais. Acho que a humanidade tem um compromisso com a preservação da Amazônia, e isso tem um preço. E para que ela pague o preço, é preciso haver um plano que tenha legitimidade e ela possa monitorar de uma forma adequada. Isso também é razoável. Ninguém quer colocar dinheiro num processo que se pode transformar em corrupção.



Portanto, seriam essas as minhas sugestões. Faríamos uma avaliação do plano, tentaríamos ver quais são as possibilidades de financiamento e procuraríamos esse enlace entre o Governo e o Banco Mundial.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradeço ao Deputado Fernando Gabeira as observações oportunas e acuradas.

Na seqüência, passaremos à votação dos requerimentos.

Em primeiro lugar, Requerimento nº 1, da Deputada Perpétua Almeida, que está sendo retirado de pauta em virtude da ausência da Deputada.

Passamos ao Item 2. Requerimento nº 83/05, do Deputado Sarney Filho, ao qual está apensado o Requerimento nº 85/05, de minha autoria, por se tratar do mesmo assunto: requer sejam convocadas a prestar depoimento nesta CPI, como testemunhas, as pessoas abaixo indicadas envolvidas na Operação Curupira, da Polícia Federal.

São os seguintes os convocados: Marcus Luiz Barroso Barros, Presidente do IBAMA; Sebastião Azevedo, Procurador-Geral do IBAMA; Flávio Montiel da Rocha, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA; Antônio Carlos Hummel, Diretor de Florestas do IBAMA; Cristina Galvão Alves, Coordenadora-Geral de Gestão de Recursos Florestais do IBAMA; Hugo Werle, Gerente-Executivo do IBAMA no Estado de Mato Grosso; Marcos Pinto Gomes, Chefe da Fiscalização do IBAMA no Estado de Mato Grosso; Randolf Zachow, Analista Ambiental do IBAMA; Elielson Ayres de Souza, Interventor do IBAMA no Estado de Mato Grosso; Moacir Pires, Secretário do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso; Tardelli Cerqueira Boaventura, Delegado da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso; Mário Lúcio Avelar, Procurador da República no Estado de Mato Grosso; e Blairo Maggi, Governador do Estado de Mato Grosso.

Concederei a palavra ao Deputado Sarney Filho, para o encaminhamento. Enquanto o Deputado não retorna, gostaria de saber se algum dos Deputados gostaria de se manifestar a respeito desse requerimento.

Tem a palavra o Deputado Zico Bronzeado.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Sr. Presidente, só para compreender, porque eu estava ao telefone: são todos os requerimentos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - É um requerimento com todas essas convocações. É o Requerimento nº 83/05. A esse



requerimento está apensado o Requerimento nº 85, que se trata do mesmo assunto, a convocação do Sr. Hugo Werle, Gerente do IBAMA em Mato Grosso.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, caros Deputados, acho que já estão sobejamente explicitados os motivos pelos quais estamos fazendo esses requerimentos de convocação. Apenas gostaria, para efeito de registro, de deixar claro que a Assessoria já fez a convocação do Presidente do IBAMA, tomamos essa decisão, mas vou entender essa convocação como um convite. Logicamente, não é mais possível mudar, mas quero deixar claro que é um convite. S.Sa., evidentemente, terá a oportunidade, privilegiadamente, sem confronto, de fazer aqui uma exposição.

Tenho absoluta certeza da sua correção. É um homem sério, um cientista. De maneira alguma, em nenhum momento, passou qualquer tipo de suspeição a respeito de sua atuação. Só que S.Sa. terá que prestar esclarecimentos aqui, como já vem prestando.

Gostaria de fazer esse registro. Não acredito que se possa mudar, mas fica aqui feito o registro e prestado o compromisso do Relator no sentido de que na sua exposição não haverá qualquer tipo de constrangimento, com contraditórios de outros convocados. S.Sa. fará apenas uma exposição e esclarecerá as dúvidas desta Comissão. De maneira alguma, vamos colocá-lo para bater boca com outro convocado. Queremos apenas enriquecer nossas informações.

Era essa a observação que gostaria de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra o Deputado Zico Bronzeado.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Sr. Presidente, sugeri que esta Comissão mudasse para convite. Se receber uma convocação, o Presidente do IBAMA vai entender que é uma convocação. Gostaria que fosse mudado para convite, do contrário, serei obrigado a tomar alguma outra... É claro que não vai ser necessário, até pela compreensão do requerente, que, inclusive, sabe do compromisso do Presidente Marcus Barros de contribuir com essa moralização. Queria que houvesse essa compreensão, para que não criássemos qualquer tipo de constrangimento.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Zico Bronzeado, vamos seguir a sua orientação. O que ocorreu é que, em diversos casos aqui, aprovamos a convocação, mas o ofício que enviamos foi de convite. No caso de esse convite por uma ou duas vezes não ser atendido, já teríamos a convocação aprovada. Mas não só o ofício é de convite como também o tratamento aqui é de convidado.

Há alguém mais dessa relação constante do Requerimento nº 83/05 que algum Deputado gostaria que fosse convidado, em vez de convocado?

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** - Sr. Presidente, se vamos dar esse tratamento ao Presidente do IBAMA, devemos dar o mesmo tratamento ao Governador do Mato Grosso do Sul, Blairo Maggi.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, é por esse motivo que me firmei muito pela convocação. Mas o que V.Exa. falou não vai de encontro àquilo que desejamos. Os requerimentos já estão prontos, vão ser aprovados como convocação e serão emitidos como convites. E caso não se aceite o convite, a convocação já está aprovada nesses 2 casos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira manifestar-se, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Requerimento nº 85 está apensado a esse requerimento.

Passamos ao Requerimento nº 84/05, também do Deputado Sarney Filho, que requer a convocação das pessoas a seguir indicadas para prestar depoimento à CPI, como testemunhas, sobre a apreensão de 600 pássaros em Magé, Rio de Janeiro: Ícaro Silva, Diretor da Delegacia de Proteção do Meio Ambiente, do Rio de Janeiro; e Ana Rita de Oliveira, Aloísia de Oliveira, Márcia Rita de Oliveira, Wallas da Silva Rangel, Vilson dos Santos, Sandro Martins e Francelino Pereira, suspeitos de tráfico de animais em Magé.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho, para encaminhamento.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, no dia 30 de maio, o jornal *O Globo* noticiou a prisão de 7 traficantes, que foram encontrados com mais de 600 pássaros, tartarugas e até um sagüi em gaiolas amontoadas. Segundo as reportagens, os presos negociavam armas em troca de animais, que proviriam de diversos Estados, escondidos em caminhões e ônibus, e seriam vendidos ilegalmente.

Sr. Presidente, essa, na realidade, é a primeira vez em que claramente fica comprovado o envolvimento do tráfico de armas e drogas com o tráfico de animais. Uma vez, em São Paulo, foram pegos traficantes de drogas que estavam escondendo as drogas na barriga das cobras. Mas aí não se tratava de tráfico de animais silvestres, mas de tráfico de drogas. Dessa vez se trata de o animal traficado servir de moeda de troca na aquisição de armas ou drogas.

É importante que saibamos a dimensão dessa quadrilha, se existem vínculos mais estruturais ou se são apenas pessoas que, sem nenhuma outra conotação, estão traficando.

De qualquer maneira, esta CPI não pode, dado o destaque que a imprensa deu e também dados nossos objetivos, deixar de ouvir essas pessoas que foram presas com mais de 600 pássaros no Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrar, informo que, à tarde, haverá votação de novos requerimentos, entre os quais o que solicita o deslocamento desta CPI para o Estado do Mato Grosso. Haverá também a oitiva de algumas pessoas. A reunião inicia-se hoje às 14h30, neste mesmo plenário.

Agradeço a presença e a participação a todos.

Está encerrada a reunião.